

Mulheres que fazem cidades: uma aproximação aos projetos urbanos da arquiteta baiana Arilda Cardoso, 1975-1982

José Carlos Huapaya Espinoza, Cora Levin e Brenda Araujo Fiuza

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; LEVIN, Cora; FIUZA, Brenda Araujo. Mulheres que fazem cidades: uma aproximação aos projetos urbanos da arquiteta baiana Arilda Cardoso, 1975-1982. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 202-216, ago 2024

data de submissão: 05/03/2024
data de aceite: 27/06/2024

José Carlos HUAPAYA ESPINOZA é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Coordenador do PPGAU/UFBA; joseespinoza@ufba.br.

Cora LEVIN é Doutoranda em arquitetura e urbanismo pelo PPGAU/UFBA; Mestra em Desenho, Cultura e Interatividade; levin-cora@gmail.com.

Brenda Araujo FIUZA é Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAUFBA; brendafiuza@ufba.br.

Resumo

A história da arquitetura e do urbanismo soteropolitanos tem sido escrita a partir de olhares específicos, dentre eles, edificações paradigmáticas ou obras de arquitetos (homens). Diversas pesquisas atuais vêm investindo e se debruçando na ampliação desse cenário não só de obras específicas, mas, também, na ação das arquitetas baianas para Salvador. Este artigo tem por objetivo contribuir ao preenchimento dessa lacuna a partir da visibilização da obra da arquiteta baiana Arilda Cardoso Sousa, e mais especificamente, aquela desenvolvida na esfera pública, na qualidade de Coordenadora do Grupo de Trabalho "Áreas Verdes e Espaços Abertos" do Órgão Central de Planejamento da Prefeitura da capital baiana, entre 1975 e 1982. Os procedimentos metodológicos levaram em consideração o levantamento e análise documental no arquivo pessoal da arquiteta, além de pesquisas nas Bibliotecas da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e da Fundação Mario Leal Ferreira. O conjunto de projetos urbanos elaborados por ela, nesse contexto, nos mostra não só uma preocupação por entender as particularidades e características do território soteropolitano, mas, principalmente, uma sensibilidade para compreender as problemáticas socioeconômicas do lugar. Nesse contexto, o destaque maior foi sua preocupação pela preservação das áreas verdes da cidade, mediante a elaboração de diretrizes que consideraram variáveis de natureza econômica, morfológica e social (comunitária), onde a participação ativa dos vizinhos na tomada de decisões seria fundamental.

Palavras-chave: Arilda Cardoso, projeto urbano, áreas verdes, Salvador.

Abstract

The history of architecture and urbanism in Salvador has been written from specific perspectives, including paradigmatic buildings or works by (male) architects. Several current researches have been investing and focusing on visualizing not only specific works, but also on the contribution of Bahian women architects to Salvador. The aim of this article is to contribute to filling this gap by making the work of Bahian architect Arilda Cardoso Sousa visible, and more specifically, that developed in the public sphere, as Coordinator of the Working Group "Áreas Verdes e Espaços Abertos" of the Central Planning Body of the City Hall of the capital of Bahia, between 1975 and 1982. The methodological procedures took into account the collection and analysis of documents in the architect's personal archives, as well as research in the libraries



of the Faculty of Architecture of the Federal University of Bahia and the Mario Leal Ferreira Foundation. The set of urban projects she designed, in this context, shows us not only a concern to understand the particularities and characteristics of the territory of Salvador, but above all, a sensitivity to understanding the socio-economic problems of the place. In this context, the biggest highlight was her concern for the preservation of the city's green areas, by drawing up guidelines that took into account variables of an economic, morphological and social (community) nature, where the participation of the city's inhabitants was a key factor.

Keywords: Arilda Cardoso, urban project, green areas, Salvador.

Resumen

La historia de la arquitectura y del urbanismo soteropolitanos ha sido escrita a partir de miradas específicas, entre ellas, edificios paradigmáticos u obras de arquitectos (hombres). Diversas pesquisas actuales vienen trabajando en la ampliación de ese escenario, no solo de obras específicas, sino también a partir del quehacer de arquitectas bahianas en Salvador. Este artículo tiene como objetivo contribuir en ese debate a partir de la visibilización de la obra de la arquitecta bahiana Arilda Cardoso Sousa, y más específicamente, de aquella desarrollada en la esfera pública, como Coordinadora del Grupo de Trabajo "Áreas Verdes y Espacios Abiertos" del Órgano Central de Planeamiento de la Prefectura de la capital bahiana, entre 1975 y 1982. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron la identificación y análisis documental en su archivo personal, además de investigaciones en las bibliotecas de la Facultad de Arquitectura de la Universidad Federal de la Bahía y de la Fundación Mario Leal Ferreira. El conjunto de proyectos abordados nos muestra no solamente una preocupación por entender las particularidades y características propias del territorio soteropolitano, sino también una sensibilidad para aproximarse a sus problemáticas socioeconómicas. En ese contexto, el mayor destaque es su preocupación por la preservación de las áreas verdes de la ciudad, mediante la creación de directrices que consideraron variables de naturaleza económica, morfológica y social (comunitaria), con la participación fundamental y activa de los vecinos en la toma de decisiones.

Palabras-clave: Arilda Cardoso, proyecto urbano, áreas verdes, Salvador.

Introdução

Diversas pesquisas atuais vêm investindo e se debruçando na visibilização não só de edificações específicas, mas, em especial, de personagens pouco conhecidos ou, inclusive, desconhecidos pela historiografia da arquitetura e urbanismo baianos e brasileiros de uma forma mais ampla. Esse esforço por ampliar e complexificar a história da atuação profissional do campo, vem trazendo importantes contribuições no que se refere às tramas criadas e estabelecidas, a um conjunto significativo de produções e — o que nos interessa neste artigo —, à contribuição das arquitetas baianas para Salvador¹.

¹ Como exemplos podemos citar os casos de Júnior (2016), Reis e Huapaya (2023) e Cardoso (2023).

² Referimo-nos à pesquisa "Cadê as arquitetas modernas baianas?" desenvolvida desde o ano 2018 no PPGAU/UFBA pelo Grupo de Pesquisa LAB20.

Este último ponto, embora já tenha começado a ser desbravado nos últimos anos² merece nossa atenção particular. Podemos afirmar que a história da arquitetura

tura e do urbanismo soteropolitanos tem sido escrita a partir de olhares específicos, dentre eles, obras paradigmáticas ou obras de arquitetos (homens). Apesar de que a produção de grande parte das arquitetas formadas na capital baiana entre as décadas de 1930 e 1960 começa a ser iluminada, grande parte desta ainda se mantém sombreada e obscurecida³. E não é verdade que elas não tenham projetado ou que elas tenham atuado pouco no campo profissional. O que observamos, ao contrário disso, e indo ao encontro ao afirmado por Lima (2013), é que muitas delas diante das diversas dificuldades de atuar como projetistas autônomas encontraram no setor público a possibilidade de exercer a profissão não necessariamente no campo arquitetônico, mas no urbano⁴.

Isto, constitui-se em uma das razões pelas quais percebemos um número significativo de arquitetas inseridas na Prefeitura e no Governo do Estado, ao contrário dos seus colegas arquitetos que preferiam formar seus próprios escritórios⁵. Por outro lado, esta condição traz uma dupla invisibilidade: pouco se conhece sobre a atuação profissional de arquitetos e urbanistas nessas esferas (ao contrário do que acontece no âmbito privado) e praticamente os projetos elaborados por elas se mantêm no anonimato uma vez que estes passam a ser propriedade do poder público.

No contexto baiano, no entanto, uma arquiteta superou os desafios dessa invisibilidade: a arquiteta Arilda Cardoso (1935-2022)⁶. Mesmo assim, sua produção tem sido reduzida, basicamente, a seus projetos no campo do paisagismo ou aos projetos específicos como o Hotel Catharina Paraguaçu (1990) e a Academia Villa Forma (1998). De fato, esses projetos, são os mais conhecidos e divulgados em diversos meios de comunicação. Em seu currículo, atualizado até 2009, constam um total de 117 projetos arquitetônicos e urbanísticos de diversas escalas e localizados em várias cidades da Bahia. Arilda Cardoso atuou como arquiteta, urbanista, paisagista, restauradora e servidora pública. Se comparada às 26 arquitetas entrevistadas, como falado anteriormente, a sua atuação profissional desponta sem sombra de dúvida. Além disso, ela exerceu a profissão por um período significativo, de 1959 até 2021.

Assim, este artigo tem por objetivo preencher essa lacuna em relação a sua produção como urbanista e planejadora urbana; ou seja, sua atuação na escala urbana. Sua produção, como veremos mais adiante, nos mostra não só uma preocupação por entender as particularidades e características do território so-

³ Ao respeito ver: Adame (2020) e Huapaya, Alves, Nolasco e Costa (2021).

⁴ Essas afirmações são resultado de entrevistas realizadas a 26 arquitetas formadas na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia entre as décadas de 1950 e 1960 no âmbito da pesquisa "Cadê as arquitetas modernas baianas?".

⁵ *Idem.*

⁶ Arilda Maria Cardoso Sousa, nasceu na cidade de Conceição de Feira, na Bahia. É necessário fazer um esclarecimento em relação ao seu último sobrenome. Em documentos oficiais e nas referências levantadas, este foi encontrado como "Souza", já no caso de documentos pessoais encontramos "Sousa". Neste artigo optamos por manter as duas opções. A afirmação "superou os desafios" toma como base os resultados da pesquisa "Cadê as arquitetas modernas baianas?". Tal pesquisa leva em consideração a análise dos arquivos pessoais das 26 arquitetas entrevistadas; dentre elas, Arilda Cardoso Sousa. Para conferir a extensa e significativa produção dela, conferir: Adame (2020).

teropolitano, mas, principalmente, uma sensibilidade para compreender as problemáticas socioeconômicas do lugar. Essa atitude refletiu-se no entendimento do planejamento urbano como instrumento político em benefício não só da própria população, mas da capital baiana através da preservação das suas áreas verdes.

Arilda Cardoso e a preservação das áreas verdes em Salvador

Arilda Cardoso formou-se em Arquitetura em 1959, pela Universidade Federal da Bahia. Sua atuação profissional se iniciou, em um primeiro momento, a partir da elaboração de um número significativo de projetos residenciais⁷ para depois, se dedicar ao paisagismo que, por sua vez, se tornará um aspecto central em toda sua obra. Sua preocupação pela relação intrínseca entre arquitetura e paisagem foi materializada em uma série de projetos voltados especificamente para a composição de jardins residenciais⁸. Mais tarde, e aos poucos, essas inquietações se estenderam à escala urbana, em especial, a partir de meados da década de 1970.

É necessário entender o contexto que a arquiteta vivenciou. Salvador, a partir da década de 1970, iniciou seu processo de expansão mais representativo do século passado, o qual pode ser entendido a partir da implantação de um sistema de novas avenidas, da perda de funções da área central, da criação do Centro Administrativo da Bahia (1972), da inauguração do Terminal Rodoviário de Salvador (1974) e do Shopping Iguatemi (1975), além do impacto da abertura da Avenida Luís Viana Filho (Paralela). De um lado, intensificou-se a ocupação de grandes áreas⁹ e, por outro, se agravaram os problemas urbanos nas áreas mais populares. Assim, os desafios ambientais e da preservação das áreas verdes da cidade não foram poucos.

Foi nesse contexto de rápida transformação e urbanização de Salvador que Arilda Cardoso assumiu a coordenação do Grupo de Trabalho "Áreas Verdes e Espaços Abertos" (GT-AV-EA)¹⁰ do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) da Prefeitura da Cidade do Salvador¹¹, cargo que ocupará entre 1975 e 1982.

Os trabalhos nesse setor e nessa temática específica podem ter assumido a função de *disparadores* que a levariam a realizar estudos complementares. De fato, nesse mesmo período, ela realizou uma série de cursos de especialização em Salvador e em São Paulo, dentre eles: o Curso de Botânica Sistemática (UFBA,

⁷ Entre 1959 e 1975 foram 16 projetos elaborados segundo seu currículo pessoal.

⁸ Nesse período, constam um total de 8 projetos paisagísticos residenciais (jardins). Ainda nessa perspectiva, podemos mencionar dois de seus projetos mais representativos que nos mostram essa relação: os condomínios Mata Maroto (1975) e Parque Florestal (1977).

⁹ Ao respeito Oliveira (2011) chama atenção para os acordos entre o poder público e a iniciativa privada nos diversos loteamentos como o Parque Lucaia (1971), o Loteamento Caminho das Árvores (1974), o Loteamento Itaigara (1976) e o Loteamento Quinta do Candéal (1978).

¹⁰ De agora em diante, o grupo de trabalho (GT-AV-EA) será referido apenas pela sigla GT.

¹¹ O OCEPLAN foi criado pelo Decreto nº 3.885 de 1 abril de 1970. Em 1975, no mesmo ano em que ela assumiu a coordenação do GT, o OCEPLAN teve suas funções ampliadas através do Decreto nº 4.870 de 16 de dezembro, implantando-se assim o Plano de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB). Em 1984 o OCEPLAN foi transformado na Secretaria do Planejamento (FERNANDES, 2014).

1976), o Curso de Ecologia (UFBA, 1976), o Curso de Proteção Ambiental (Salvador, 1976), o Curso de Paisagismo Urbano (ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, São Paulo, 1979) e o Curso de Projeto do Espaço Público Urbano (ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, São Paulo, 1982).

Se por um lado, sua participação no GT lhe permitiu aproximar-se à cidade de Salvador em diversas escalas (local, setorial, urbana e metropolitana), pelo outro, no âmbito técnico, evidenciou a dificuldade de acesso a dados, informações e metodologias de trabalho que ajudariam nas futuras análises. Diante desse impasse, Arilda Cardoso optou por compreender e se “apropriar” das características físicas, topográficas, hidrográficas e socioeconômicas da capital baiana.

Foram diversos projetos urbanos elaborados por ela junto ao GT; no entanto, aqui vale uma primeira observação a esse respeito. Todos os trabalhos foram realizados em equipe; apesar disso, é possível perceber em vários casos suas contribuições específicas, seja nos relatórios ou mesmo no material gráfico.

Outra questão relevante é a função que ela exerceu nesses estudos. Entre 1975 e 1977 podemos constatar sua atuação como Coordenadora; a partir de 1978 até 1982 ela assume, principalmente, o cargo de Colaboradora, Consultora ou mesmo Analista Crítica dos Projetos. Ainda chamamos a atenção de que embora grande parte desses trabalhos tenham sido desenvolvidos no âmbito Municipal, ela também teve atuação na esfera estadual. Nesse sentido, um dos trabalhos mais significativos foi o Projeto Urbanístico Integrado Caji (1977-1978), realizado pelos arquitetos Maurício e Márcio Roberto, e para o qual Arilda Cardoso elaborou o projeto paisagístico.

Dentre os principais trabalhos elaborados por Arilda Cardoso ou que tiveram participação dela no âmbito do GT podemos citar: o Projeto Áreas verdes – Mirantes (São Lázaro e Ondina) (1975), o Projeto Itacaranha (1975), o Projeto Pituba (1976), o Projeto de Áreas Verdes Santo Antônio e Barbalho (1976), o Parque Metropolitano de Abaeté (1977), o Projeto de Áreas Verdes e Espaços Abertos (1978), o Projeto Nordeste de Amaralina (1978), o Projeto para a Orla Marítima. Zoneamento de uso do solo (1978), o estudo sobre os Parques da Cidade do Salvador (1979) e o Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas (1982).

¹² Tomaremos aqui como principais fontes de pesquisa o material levantado no arquivo pessoal da arquiteta, publicações em revistas especializadas e relatórios elaborados pelo OCEPLAN, à época.

¹³ Não se utilizam neste ponto noções tais como “arquitetura feminista” ou “urbanismo em clave de gênero” para não incorrer em anacronismos ou na apreciação de Arilda Cardoso como uma figura feminista, sem ter a palavra dela. Contudo, entendemos que essa atitude era compartilhada, também, por seus colegas (homens e mulheres) no âmbito do OCEPLAN.

A seguir, optamos por balizar a contribuição de Arilda Cardoso no campo do planejamento urbano por meio da análise de três trabalhos específicos: o Projeto “Áreas Verdes - Mirantes” (1975), o Projeto “Áreas verdes e Espaços Abertos” (1978) e o Projeto “Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas” (1982). A escolha deles levou em consideração os seguintes aspectos: as características e tipos de estudo, a escala de intervenção, a localização na cidade, sua participação efetiva como Coordenadora, além do público que seria diretamente beneficiado¹². Vale ressaltar que todos eles foram desenvolvidos no âmbito da Prefeitura da cidade de Salvador e, temporalmente, correspondem ao primeiro e último trabalho desenvolvido nessa esfera. Por causa da escala de intervenção, os dois primeiros apresentam pouco material gráfico, em especial, mapas em escala urbana ou metropolitana, além de diretrizes gerais; somente para o caso do projeto do Vale das Pedrinhas foram encontrados detalhamentos e croquis na escala do pedestre.

Não é objetivo deste descrever cada um desses projetos, mas sim revelar a preocupação dela pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mediante a introdução de um ponto de vista sobre o planejamento urbano mais humanizado, que propõe critérios de intervenção ligados à política dos cuidados: da natureza, das pessoas e das suas inter-relações¹³.

Projeto “Áreas Verdes - Mirantes (São Lázaro e Ondina)” - 1975

Seguindo o marco temporal no qual Arilda Cardoso exerceu funções no OCEPLAN, pode se afirmar que o projeto “Áreas Verdes - Mirantes (São Lázaro e Ondina)” foi um dos primeiros a serem elaborados por ela no início da sua gestão como Coordenadora do GT e marcaria o rumo ideológico/prático que caracterizaria os seus projetos de escala urbana subsequentes.

Diante disso, a proposta forma parte da primeira etapa do recém-criado Plano de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB), que tinha por finalidade gerar um Modelo Físico Territorial para a cidade de Salvador, partindo do entendimento do planejamento como um processo necessariamente mutável ao longo do tempo, razão pela qual deveria levar em consideração a expansão urbana como um devir inexorável. Neste sentido, o Plano estabelece uma série de considerações que tem o objetivo de controlar esse crescimento, preservando valores paisagísticos e ambientais, mas também culturais (SALVADOR, 1975).

A preocupação com a imagem ambiental urbana do PLANDURB apontava com especial atenção para as bordas da cidade que limitam com o mar, não somente por uma questão paisagística, mas também pela necessidade de preservação das áreas habitadas por populações de baixa renda. Evitar problemas de cunho sócio ecológico, mas frisando a importância de estabelecer vínculos de pertença com o território ocupado foi uma das principais inquietações que orientaram o trabalho profissional de Arilda Cardoso e, no caso, deste projeto.

A equipe de trabalho estava composta por duas arquitetas mulheres, Iza Vargas Leal Meira e Arilda Cardoso, como Coordenadora; e por três auxiliares técnicos, Ana Lucia Castellani Fajardo, Marisa Santos Cortizo e José Roberto Pacheco Casqueiro. Não só achamos pertinente mencionar a equipe completa com nome e sobrenome para evitar a omissão das identidades femininas, mas também para mencionar que é uma constante na trajetória da arquiteta no seus trabalhos, em diferentes escalas e âmbitos, o trabalho com grupos de profissionais mulheres¹⁴.

Localizado na antiga estrada de São Lázaro, na atual Rua Aristides Novis, se destaca a presença de um amplo mirante com visual para a Igreja de São Lázaro, as edificações estabelecidas na encosta, o Parque Zoobotânico, o Campus da Universidade Federal da Bahia e o imponente mar. Porém, o acentuado declive da encosta leste do conjunto impossibilitava a implementação de um plano de lazer, seja ativo ou contemplativo (SALVADOR, 1975).

Em tal sentido, a equipe procurou a proteção ambiental total da área, sem descuidar os seus monumentos e favelas. Quer dizer que a estética não devia se antepor ao “elemento humano” (SALVADOR, 1975, p. 7). A importância do cuidado das diversas camadas sociais que compõem a cidade, e especialmente das pessoas, merece destaque pelo contraste com a situação atual, onde muitas das intervenções urbanas são resultado de interesses privados imobiliários que não somente interrompem o panorama visual com a construção de grandes projetos de luxo, mas também produzem problemáticas em relação aos serviços públicos de provisão de água e de esgoto, por citar algumas.

Voltando para o projeto, em termos gerais se especificam nele uma série de pontos a serem considerados, tais como: a obrigação de preservar a vegetação de grande porte preexistente, a fixação de alturas máximas dos tetos que não possam ser ultrapassadas,

¹⁴ Utilizar só os sobrenomes das integrantes das equipes no desenvolvimento dos projetos, ou mesmo nas citações, é uma prática que se mantém na historiografia da arquitetura (e de outras disciplinas); isto pode levar à falsa crença de que esses especialistas sem nome eram homens.

¹⁵ Dentre essas melhorias destacam-se obras de saneamento e equipamentos comunitários.

o estabelecimento de limites de recuo e profundidade dos prédios, desapropriar (quando for necessário) para conservar o tecido urbano e não permitir novas construções a não ser aquelas que promovam melhorias nas condições de vida na “Favela” (SALVADOR, 1975, p. 10)¹⁵. A proposta conclui com a elaboração de um anteprojeto de lei que visava a ampliação dos limites da área já protegida pelo Decreto nº 4.756 de março de 1978 (SALVADOR, 1978a). Segundo Cardoso (2023, p. 193) tal anteprojeto se converteria, em 1978, no Decreto nº 5.506.

Este foi um dos primeiros projetos coordenados por Arilda Cardoso. Nele aparecem diretrizes voltadas estritamente à preservação de espécies preexistentes e à proteção da qualidade ambiental para a vida dos moradores do setor. Com base nas particularidades dessa proposta (como a desapropriação de terrenos ou prédios em benefício do bem público, quando for necessário) mas também na aproximação que o grupo teve com o seu arquivo pessoal, pode-se afirmar que tal concepção sobre o planejamento urbano, com um forte sentido ideológico, a acompanharia ao longo de toda sua trajetória.

Projeto “Áreas verdes e Espaços Abertos” - 1978

¹⁶ Este trabalho teve a colaboração da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A (DESENBANCO).

O estudo “Áreas Verdes e Espaços Abertos” para a cidade de Salvador foi realizado entre os anos de 1977 e 1978, com a colaboração da empresa “Rosa Grena Kliass Paisagismo Planejamento e Projetos Ltda”¹⁶. A coordenação foi desempenhada por Arilda Cardoso, enquanto a equipe técnica estava composta, como no caso anterior, majoritariamente por mulheres. A saber: Isa Vargas Leal Meira, Maria Ângela Cardoso Mascarenhas, Maria Vanda Velame Espinosa, Milna Leone, Norma Cardoso Hafele Vanuza Pinto de Oliveira, Yvaneusa Leite Lima, Rosa Grena Kliass e Jamil José Kfourri.

¹⁷ Essa Lei, por sua vez, aprova o plano de implantação do “Sistema de Áreas Verdes do Município” de Salvador, Bahia, visando preservar e implantar arborização e ajardinamento (PREFEITURA, 1976).

O projeto visava aproveitar o potencial paisagístico de Salvador, valendo-se da abundante vegetação que a área urbanizada ainda tinha e porventura poderia ser integrada num sistema urbano de espaços livres. No entanto, com o crescimento da cidade, essa paisagem foi gradativamente alterada e a ocupação do solo assumiu proporções ameaçadoras para a preservação ambiental (SALVADOR, 1978b). Diante desse panorama, com base na Lei nº 2.549 promulgada em 1973¹⁷, foram feitos os estudos para a promoção de proteção dessas áreas particulares, mediante uma

abordagem de macroprojeto, quer dizer, em um sistema de escala regional¹⁸.

Através dos Decretos nº 4.524/73, 4.551/73 e 4.766/75 provenientes dessa mesma legislação, incorporaram-se ao sistema de áreas verdes do Município três categorias de áreas com diferentes graus de conservação: Áreas de Domínio Público (ADP), Áreas Não Edificáveis (ANE) e Áreas Arborizadas (AA), sendo as duas primeiras de preservação mais estrita e a terceira de preservação simples, onde a proteção da cobertura vegetal não impedia a construção. Porém, tais medidas resultaram insuficientes e foram muito resistidas pelos proprietários que perderam o direito a construir (SALVADOR, 1978b). À vista disso, com o início das atividades do PLANDURB foi estabelecida a Lei nº2.826, em setembro de 1976, consolidando a anterior e decretando novos mecanismos de preservação.

A análise de fatores geoecológicos, tais como a topografia, a cobertura vegetal e a hidrografia, auxiliou na definição de compartimentos topográficos para a elaboração de um mapa base (SOUZA, 1978), o qual permitiu a classificação de duas áreas: as urbanizadas e as não urbanizadas. As primeiras, foram determinadas a partir de um estudo de identificação de vazios existentes e setores urbanos com a intenção de criar um equilíbrio entre áreas ocupadas e áreas verdes; assim, seria respeitado o ciclo natural das águas. Já as segundas, da mesma forma, procuraram estabelecer áreas passíveis de urbanização e as que precisariam ser protegidas ou reservadas, como os Parques e Áreas de Preservação de Mananciais (SALVADOR, 1978b).

O sistema proposto define diferentes “tipos” de Parques, considerando algumas situações, a saber: “Os Parques de Encosta”, que explorariam as características naturais das encostas para oferecer espaços de contemplação e atividades leves, tal e como aconteceu no caso citado no tópico anterior, “Os Parques de Recreação”, os quais proporcionariam diferentes atividades para todas as idades, com playgrounds, equipamentos de ginástica, áreas para piquenique e eventos culturais. Esses últimos foram subdivididos em: “Parques de Vizinhança”, de fácil acesso; “Parques de Bairro”, para comunidades maiores, e “Parques Setoriais”, voltados para áreas específicas da cidade. Por fim, “Os Parques Metropolitanos”, teriam uma infraestrutura e atrações regionais e seriam destinados a grandes eventos, instalações esportivas e culturais, e trilhas para caminhadas e ciclismo (SOUZA, 1978).

¹⁸ A área de estudo foi delimitada da seguinte forma: “OESTE - pelas avenidas: Brotas-Pituba, Antônio Carlos Magalhães, Heitor Dias, continuando pela Rodovia 324 (Salvador - Feira de Santana), até altura da Mata escura deflete à esquerda até a Enseada dos Tainheiros. NORTE - pelas coordenadas 12°32’30”. LESTE - limite dos Municípios Simões Filho e Lauro Freitas. SUL - orla marítima (Setor Jardim de Alá - Itapoã)” (SOUZA, 1978, p. 5).

¹⁹ Essa afirmação se fundamenta a partir do texto do PLANDURB, onde os autores discorrem sobre a importância dos espaços recreativos para o controle da “neurose urbana” (SALVADOR, 1978b, p.18).

²⁰ A Comissão de Implantação dos Projetos de Intervenção Urbana (CIT) foi composta pelo Gabinete do Prefeito, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), o Banco Mundial e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU).

Entende-se que o enfoque introduzido resulta num paradigma mais holístico do desenvolvimento urbano, que contempla a recreação como um elemento indispensável no bem-estar das pessoas que fazem parte de uma comunidade¹⁹. Neste sentido, uma política de espaços verdes comunitários, que protejam o ambiente urbano, se contrapõe à individualidade própria da vida na cidade. Essa inquietação foi amplamente discutida por Arilda Cardoso na elaboração dos seus projetos, já que não pretendia com eles uma visão apenas estética, mas também uma articulação direta com a própria comunidade no cuidado dessas áreas.

A partir da análise feita, fica visível o quão ambiciosa a proposta era, não só pela sua escala, mas também porque manifesta a intenção em transformar a região, visto que inclui a capital e sua área metropolitana. Isto se aproxima com as práticas projetuais de Arilda Cardoso, que tentava fazer da cidade, tanto na micro quanto na macro escala, um lugar menos hostil, mais democrático e habitável. Ao tempo que demonstra a sua preocupação no que se refere à questão social, o projeto revela seu genuíno interesse em atingir soluções práticas que integrassem áreas verdes e de convívio, reconhecendo a importância do acesso a espaços de recreação, tanto para lazer quanto para a sua preservação.

Projeto “Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas” - 1982

No ano de 1979 foi criada, por Decreto Municipal nº 5.696/79, a Comissão de Implantação dos Projetos de Intervenção Urbana (CIT)²⁰ diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito da Cidade do Salvador. O objetivo, desta vez, foi o de executar intervenções urbanas integrais que qualificassem a paisagem das comunidades Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Vale do Queimado, levando em consideração seus atributos físicos e socioculturais. Coube ao OCEPLAN a materialização desses estudos (SALVADOR, 1979).

O projeto “Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas” foi realizado por uma equipe composta, também, integralmente por mulheres, a saber: Arilda Cardoso de Souza, como primeira técnica, Isa Vargas Leal Meira, Maria Vanda Fernandes Espinosa, Mercina Piori de Castro, Milna Maria Oliveira Leone, Norma Cardoso Hafele, Thereza Dantas Bezerra e Rose Mary de Cerqueira Val, como consultora.

A semente que motivou a criação deste projeto de intervenção de escala urbana foi o grande risco, tanto

funcional quanto físico, que iria provocar a implementação da nova Av. Juracy Magalhães Júnior e a retificação do rio Lucaia nas imediações do vale que se forma entre os bairros Santa Cruz, Nordeste de Amaralina, Rio Vermelho e Amaralina (SOUZA, 1982). Além disso, o setor já apresentava outros conflitos urbanos associados à ausência de espaços de recreação, à deficiência nos serviços de provisão de água e esgoto e, no entanto, por se tratar de uma localização atraente para populações de alta renda, à possibilidade latente da transferência dos seus moradores tradicionais (SALVADOR, 1978c).

Uma das características principais da proposta, e a que interessa aos fins desse artigo porque dá conta da mão sensível e da formação complementar de Arilda Cardoso na sua prática projetual, é o fato de que a vegetação não seria utilizada apenas como ornamento compositivo, mas passaria a assumir uma função fundamental dentro da economia social do bairro. Nessa linha, se optaria pela utilização de árvores frutíferas²¹ com tempos de maturação diferentes para garantir a colheita para consumo alimentar, a fabricação de perfumes e o uso medicinal durante o ano todo. Enquanto as árvores ornamentais seriam escolhidas seguindo as preferências da população.

21 No programa destacam-se planos desenhados à mão por Arilda Cardoso com o detalhamento das espécies arbóreas a serem plantadas.

Essa medida introduz, para a época, uma nova perspectiva dentro do planejamento urbano que contemplava a participação dos próprios moradores na busca por soluções mais adequadas para suas carências. Em tal sentido, o projeto não era necessariamente resultado do trabalho das equipes de especialistas de modo

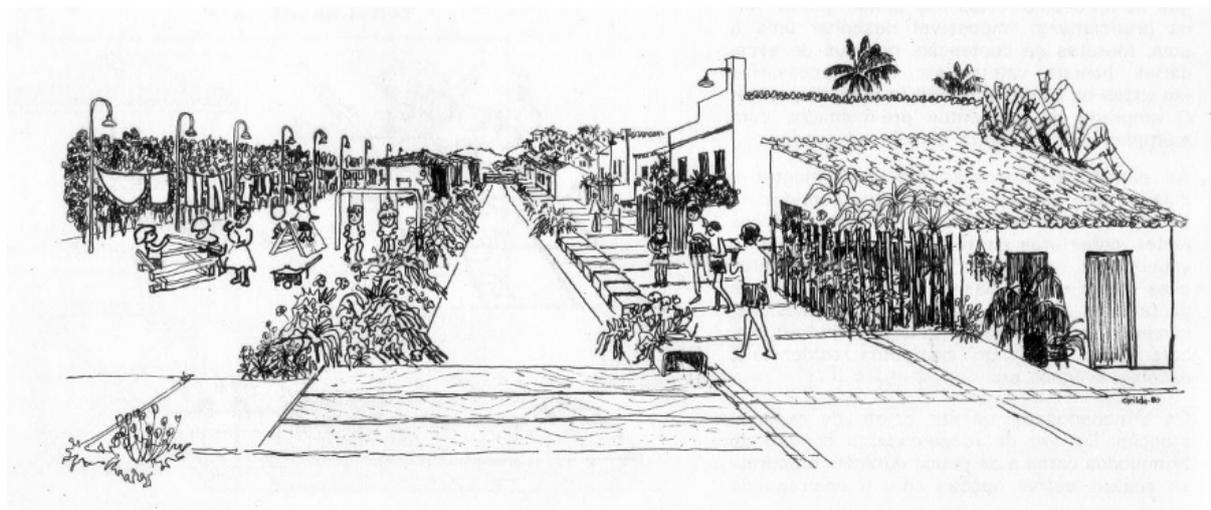


Figura 1
Croqui da proposta de intervenção no canal do rio Lucaia (rio Vermelho)
Fonte: SOUZA, 1982

hierárquico, pelo contrário, pretendia-se uma ação comunitária onde os vizinhos poderiam se envolver com a manutenção do espaço público partilhado a partir de um compromisso identitário e de cuidado com o território (SAMPAIO, 2011). Por causa disso, a proposta final, antes de ser aprovada pelo executivo, foi discutida e melhorada a partir das observações feitas pela população; isto foi indispensável para atingir as “verdadeiras aspirações e valores socioculturais dos moradores do bairro” (SOUZA, 1982, p. 33).

Além da perspectiva paisagística, a qual atingia toda a área estudada, existiam quatro grupos de intervenções diferenciadas conforme a distância que separava cada sector da nova via e do canal; ou seja, a partir da sua singularidade (Figura 01). Arilda Cardoso tinha consciência da necessidade de elaborar propostas particularizadas que tivessem em consideração a localização das pessoas dentro da cidade e as possíveis consequências da expansão e transformação urbana; assim, diversas situações foram projetadas através de planos, croquis e detalhamentos²².

²² A partir da nossa proximidade com o acervo privado da arquiteta podemos afirmar que esse era um método bastante utilizado por ela em seus processos criativos.

²³ No mobiliário urbano proposto há especial destaque para brinquedos e outras propostas dirigidas a crianças, tais como desenhos infantis na calçada e campos para “jogar baba”.

Após essa análise foram sugeridos, de modo particular: programas habitacionais, uma área para escola e outra para eventos culturais e esportivos, mudanças de uso (de residencial para comercial) e criação de uma praça com mais uma escola em um espaço intersticial de alta circulação de pedestres. Além disso, em outro nível de intervenção, foram atendidas questões de caráter higiênico e mais gerais como a pavimentação de zonas pontuais, a colocação de mobiliário urbano²³ e a utilização de estruturas que dia-

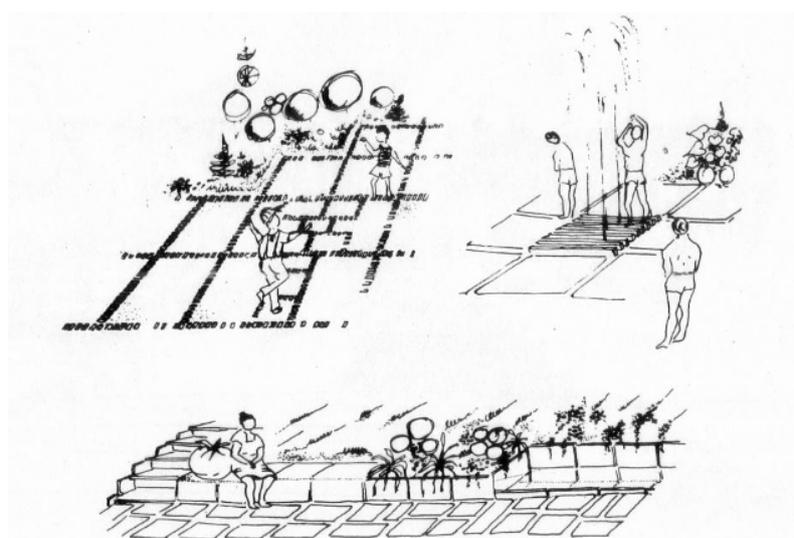


Figura 2
Croquis para mobiliário urbano (bancos, desenhos da paginação do piso e brincadeiras para crianças).Fonte: SOUZA, 1982

logassem formalmente com a paisagem preexistente. Dentre elas se destacam bancas de revistas e frutas, lavanderias e sanitários públicos de paredes de cores fortes e coberturas em telha canal (Figura 02) (SOUZA, 1982).

A práxis projetual de Arilda Cardoso fugia da elaboração de programas urbanísticos e arquitetônicos rígidos e totalizantes, dando especial ênfase, pelo contrário, às singularidades presentes em cada setor urbano onde iria intervir. Com base nos princípios de cuidado, de fomento da cultura e da soberania popular, sua produção teve como horizonte a idealização de uma cidade mais justa, partindo do entendimento de que não existe um modo universal de estar no mundo, muito menos em uma cidade tão diversificada como Salvador²⁴.

Algumas reflexões finais

No percurso desse artigo foram analisados três projetos vinculados ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB), realizado pelo Grupo de Trabalho “Áreas Verdes e Espaços Abertos” (GT-AV-EA) do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) da Prefeitura da Cidade do Salvador, sob coordenação da arquiteta Arilda Cardoso. O nosso propósito foi dar visibilidade ao trabalho dela no que concerne ao desenvolvimento de projetos urbanos elaborados, de forma coletiva, com outras profissionais que trabalharam com ela na esfera do setor público.

Pode-se dizer que, embora tenham perfis diversos, o conjunto dessas propostas traz uma perspectiva sobre o planejamento urbano que, alinhada tanto com os objetivos do órgão público, quanto (e principalmente) com o perfil de Arilda Cardoso, visava em termos gerais a preservação das áreas verdes da cidade, mediante diretrizes que consideraram variáveis de natureza econômica, morfológica e social (comunitária). Assim, a participação ativa dos vizinhos na tomada de decisões era fundamental.

Se observados cronologicamente, ficaram expostos diferentes enfoques em relação às formas de intervenção adotadas. Enquanto o primeiro projeto, pela problemática que o grande declive das encostas gerava, se limitou à elaboração de instrumentos legais, quer dizer, regulamentações, o último projeto, em uma escala bem menor (e mais particularizada) expõe várias intervenções formais concretas acordes à ideologia do PLANDURB, por essa razão conta com algumas informações gráficas. Já o segundo projeto, introduz indi-

²⁴ A criação da ideia de que existe um *homem tipo*, que geralmente é homem, branco, heterossexual, de idade média (que no percurso do Movimento Moderno se chamou de *O Modulor*) exclui na prática dos projetistas a diversidade própria da vida na cidade.

cações de ação na escala metropolitana, pretendendo conformar um sistema que ultrapassasse os limites da cidade; tal proposta apresenta particularidades em relação às outras duas, porque incorpora uma visão abrangente sobre o planejamento urbano que, como já foi dito, deveria ter sido ajustado no decorrer do tempo e em função da expansão urbana.

A pertinência da participação de mulheres profissionais dentro das equipes de trabalho radica não somente na incorporação de uma práxis diferente de fazer cidade, ligada à política dos cuidados, mas também na profissionalização que o trabalho na esfera pública lhes ofereceu. Aliás, muitas delas, como foi o caso de Arilda Cardoso, conseguiram nesses anos aprofundar a sua formação em áreas específicas complementares²⁵ ou, em outros casos, consolidar as suas trajetórias tanto no campo profissional quanto acadêmico.

Contudo, pode se interpretar que grande parte das premissas promovidas pelos órgãos envolvidos e, conseqüentemente, pelos projetos aqui analisados, não operam na experiência urbana contemporânea, deixando de manifesto uma assustadora ausência estatal na hora de garantir melhoras na qualidade de vida da população. Longe ficou a paisagem urbana sonhada por Arilda Cardoso e as/os profissionais que desenvolveram esses projetos e que através dos seus olhares sensíveis sonharam com uma cidade justa para todas e todos.

²⁵ Como falado anteriormente, Arilda Cardoso realizou diversos cursos de especialização. Em relação à formação de algumas das arquitetas não mencionadas aqui, consultar: Adame (2020) e Huapaya, Alves, Nolasco e Costa (2021).

Referências

ADAME, T. *Nenhuma a menos: ampliando a história da arquitetura moderna em Salvador (1936-1969)*, 2020. 160 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2020.

CARDOSO, M. A. B. *Instituição e permanência de áreas verdes urbanas: o legado do PLAN-DURB em Salvador, Bahia (1975-1985)*, 2023. 550 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2023.

FERNANDES, A. (org.). *Acervo EPUCS. Contextos, percursos, acesso*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C.; ALVES, A. K. A.; NOLASCO, L. B.; COSTA, R. M. *Arquitetas modernas baianas. Um olhar sobre a trajetória profissional das mulheres na arquitetura 1936-1969*. In: NASLAVSKY, G.; GÁTI, A. (org.). *Brasil, Nordeste, mulheres arquitetas: migrações, regionalismo, gênero*. Recife: Ed. UFPE, 2021, pp. 66-87.

JUNIOR, N. V. A.; SAMPAIO, G. G.; OTREMBA, G.; ALBAN, P. (org.). *Diógenes Rebouças. Cidade, arquitetura, patrimônio*. Salvador: UFBA, 2016.

OLIVEIRA, M. R. N. A centralidade do Iguatemi. In: GAMA, H.; NASCIMENTO, J. (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos. Colônia, Império e República. Volume II*. Salvador: IGHB, 2011, pp. 329-373.

PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR. *Proteção às Áreas Verdes*. Salvador: Casa Civil, 1976.

REIS, M. S.; HUAPAYA ESPINOZA, J. C. (org.). *Trilogia Assis Reis: arquitetura e urbanismo na cidade de Salvador*. Salvador: Edufba, 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. OCEPLAN. PLANDURB. *Encosta de São Lázaro*. Salvador: OCEPLAN, 1975.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. Decreto Nº 5.506, de 9 de agosto de 1978a. *Estabelece normas de proteção ambiental aos sítios que menciona e altera os limites da Área 5 ANE – descrita no Decreto Nº 4.756, de 13/03/1975*.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. OCEPLAN. PLANDURB. *Áreas Verdes e Espaços Abertos*. Salvador: OCEPLAN, 1978b.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. OCEPLAN. PLANDURB. *Projeto Nordeste de Amaralina*. Salvador: OCEPLAN, 1978c.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL. *Decreto nº 5.696, de 23 de julho de 1979. Cria, no gabinete do Prefeito, a Comissão de Implantação dos Projetos de Intervenção Urbana - CIT*.

SAMPAIO, H. Do EPUCS e PLANDURB ao não planejamento. In: GAMA, H.; NASCIMENTO, J. (org.). *A urbanização de Salvador em três tempos. Colônia, Império e República. Volume I*. Salvador: IGHB, 2011, pp. 307-340.

SOUZA, A. C. de. Agenciamento Paisagístico do Vale das Pedrinhas. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, São Paulo, v. 11, out. 1982, pp. 27-35.

SOUZA, A. C.; LEAL, I. M. V.; SAMPAIO, H. Estudo de áreas verdes e espaços abertos-PMS. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, São Paulo, v. 5, nov. 1978, pp. 5-13.